

# Sociologia do pensamento social como Sociologia da Sociologia

## 1. INTRODUÇÃO

É uma característica de todo sociólogo, que sempre “começa por se interrogar sobre a sociologia”, como acertadamente observou Jean Duvignaud, no pórtico, mesmo, de sua provocativa e estimulante *Introdução à Sociologia* (1).

Tal preocupação, o sociólogo há de perlustrá-la por uma dupla via: filosófica e sociológica. No primeiro caso, como filosofia da sociologia ou epistemologia sociológica, a preocupação do sociólogo com a ciência de sua especialização repete, nesse âmbito especial do conhecimento científico, a mesma problemática que se interpõe entre o cientista e sua ciência, nos primórdios de sua investigação realmente científica, onde se impõem os temas lógico-epistemológicos relativos à peculiaridade do objeto, à metodologia, à existência de leis e demais investigações concernentes à autonomia científica de um determinado âmbito da cientificidade.

Embora sejam êsses alguns dos temas de nossa especial predileção, por terem êles sido tratados num estudo já publicado sob o

título de *Problemas Filosóficos das Ciências Humanas* (?), não caberiam obviamente nesse texto, por mais desprezível que seja sua intenção e por mais rotineira que se mostre sua temática.

Se o sociólogo aborda a sociologia em suas questões prévias lógico-epistemológicas, não estará aí agindo como sociólogo, mas como filósofo, dado o patente teor filosófico de tais indagações. Tal como se passa, aliás, com qualquer outro cientista, em relação a essas questões prévias.

Mas, êle pede — e esse é um privilégio que o sociólogo apenas compartilha com o historiador, já que também é possível fazer-se história da historiografia — sem abandonar sua especial competência de sociólogo, voltar-se também para a especialização científica que cultiva, realizando, assim, uma *sociologia da sociologia*, já que, embora refinado e sofisticado, a sociologia também é um produto da vida social e algo que também se faz convivendo.

Aqui e ali, as temáticas desses dois âmbitos do conhecimento teórico podem se cruzar e interpretar, tal como acontece por exemplo, em Durkheim, quando o autor das *Regras do Método Sociológico*, atuado pela intenção metodológica objetivista que o caracterizou, desemboca nas famosas considerações de sociologia da sociologia segundo as quais o sociólogo faz parte do objeto que estuda, donde as maiores dificuldades opostas a uma consideração objetiva, em contraste com a tranqüila situação do naturalista a esse respeito. Nesse ponto, entrecruzam-se de maneira criadora as investigações de filosofia da sociologia e de sociologia da sociologia, estas aqui utilizadas, como uma valiosa arma de “desideologização”, e, pois, de busca de objetividade.

É também perseguido esse empenho durkheimiano de busca da objetividade e vitória sobre o processo avassalador da ideologia, que aqui buscaremos, em seis grandes temas de *sociologia da sociologia*, alertar o espírito do sociólogo, através dos instrumentos de análise que lhe são peculiares, contra os riscos de ideologia a que estão mais expostas suas considerações, que as de quaisquer dos cultivadores das ciências espontaneamente mais neutras, que são as ciências naturais e, tanto mais, as ciências de objetos ideais como a matemática e a lógica.

## 2 — SOCIOLOGIA, CIÊNCIA DE CRISE

Talvez esta seja a única das seis vertentes temáticas antes referidas, que se costuma rotular habitualmente como *sociologia da sociologia*. Os autores que vêm realizando o que até aqui se tem chamado de *sociologia da sociologia* são unânimes em correlacionar intimamente a ciência sociológica com o substrato social de uma situação de crise. Nesse caso, encontram-se Hans Freyer, Francisco Ayala e Javier Conde (?), os dois últimos tendo sido os respon-

sáveis pela divulgação, na Espanha e América Latina, da exitosa fórmula verbal que serve de título a êsse item.

O porque vital de uma tal associação funcional entre sociologia e crise é manifesto para quem tenha a mais elementar sensibilidade sociológica. De fato, a situação de crise como uma situação vital na qual todos nós não sabemos a que ater-nos, por faltar, então, um sólido chão de crenças e demais vigências sociais aceitas por todos, como uma situação eminentemente angustiante, é um vigoroso estímulo para a preocupação sobre o social, que é a raiz motivacional de tôda sociologia. A crise é, para a motivação sociológica, o perfeito análogo do desajustamento psíquico, tantas vêzes assinalado como a mais forte motivação a impelir alguém à psicologia, em busca, mesmo, de um autodiagnóstico para os padecimentos do espírito.

Como a vida social é algo que ao viver se representa, se pensa — donde as pré-noções de que falava Durkheim e a sociologia implícita ou espontânea de que hoje se fala como um obstáculo análogo à objetividade científica<sup>(4)</sup> — se, no momento eminentemente transitivo de uma crise, estamos vivendo a dualidade ou, mesmo, a multiplicidade de respostas para cada situação social dada, é natural que cada um dos passos que temos de dar na sociedade, ou, pelo menos, os mais significativos, sejam precedidos ao menos de um momento de indecisão e de dúvida (no *du* de *dúvida* está bem patente os dois, dizia Ortega), que decorre do fato de que a sociedade já não se assuma ou se pense em termos unívocos, dado o fato de que em tôda transição social nem os velhos padrões já estarão todos por completo extintos, nem os novos de todo sequer explicitados. Em face dessa luta de contraditórios padrões sociais, certamente multiplicados até o infinito pela intenção eclética dos espíritos conciliadores, não há como não vacilar e não duvidar. Dessa dúvida ou vacilação, advém, certamente, uma viva motivação sociológica que há de acender, mesmo nos menos vocacionados, aquêles peculiar espírito interrogativo acêrca da convivência humana a que Peter Berger socráticamente vem denominando de “o demônio sociológico”<sup>(5)</sup>.

Um exemplo patente dessa motivação pelo social suscitada pela crise ocorreu na Grécia do século V. a.C., no caso dos sofistas, fundadores da filosofia antropológica e social do Ocidente. Produtos de uma dupla crise, a social — suscitada pelos efeitos democratizantes do esforço de guerra exigido pelas guerras pérsicas no mundo até então aristocrático da cultura helênica — e a imamente ao pensamento — resultante das múltiplas e contraditórias respostas que a filosofia grega inicial tinha apresentado à questão cosmológica e ontológica que a resumia então — os sofistas viveram, no grau extremo, a descrença na razão como instrumento de um pensamento unívoco e, pois, científico. Como céticos — rela-

tivistas — mais coerente seria, pois, que calassem, que se abstivessem de qualquer afirmação com pretensão de validade universal, que praticassem coerentemente a *epoché*. Tão exigente é, porém, a necessidade humana de pensar sobre o social quando este se encontra em crise, que sobre ele tiveram de teorizar — é verdade que ao modo demolidor peculiar aos céticos e relativistas — mesmo esses impenitentes relativistas que passaram à história com o nome injusto e depreciativo de sofistas. E o resultado foi a origem da filosofia social helênica, pois até mesmo os seus adversários — os socráticos — e até mesmo para combatê-los, seguindo, nesse ponto, uma lei inexorável de sociologia das idéias, tiveram de elaborar teorias e doutrinas também de filosofia da vida política e social, já que a polêmica, como a guerra, tem como imposição necessária o reunir os adversários, quando menos ao *mesmo campo*... de batalha...

Nascia, pois, como fruto de uma crise, a elaboração inicial da filosofia do homem e da sociedade na tradição ocidental. Mas, não apenas seu nascimento está vinculado à crise. Também os períodos de seu mais intenso desenvolvimento são épocas de transição e, pois, de crise. Tal é o caso do Renascimento, onde uma violenta crise social e, por conseguinte, também moral, teve como repercussão, não só que o movimento artístico, literário e filosófico da época estivesse marcado pela nota reitora do humanismo, como também, de modo especial, que o terreno da filosofia social e política tivesse sido caracterizado pelo maquiavelismo, de tão significativa repercussão na formação do espírito científico em matéria política, por ter aí inaugurado — de modo indireto, é certo, mas de maneira realmente inovadora e contra toda tradição de ética política e teologia social que vinha da Grécia e da Idade Média — o que poderíamos rotular de neutralidade ética ou axiológica.

Mas, certamente, nenhum dos momentos evolutivos do pensamento social seria melhor exemplificação da relação sociológica e crise do que os albores do século XIX, quando vêm à luz as primeiras expressões deliberadas de ciência social.

A quebra definitiva das sobrevivências dos padrões aristocráticos e feudais pela Revolução Francesa, por um lado, e as extraordinárias perturbações vividas pela convivência social como fruto da Revolução Industrial estão a ponto de justificar a arrojada afirmação de Jean Duvignaud segundo a qual “a sociologia é filha da Revolução”<sup>(4)</sup>.

Fazendo nascer uma nova classe social — o proletariado ou quarto estado — que então vivia a mais desenfreada exploração do homem pelo homem, a Revolução Industrial criava a mais gritante contradição com os princípios de liberdade, igualdade e fraterni-

dade propostos pela Revolução Francesa como normas diretoras de uma definitiva — porque racional — sociedade do homem.

Além dessa contradição visceral, a Revolução Industrial veio suscitar outros aspectos críticos da sociedade burguesa ocidental. O crescimento desmesurado das cidades, então ainda não convenientemente petrechadas dos necessários serviços públicos para atender à nova povoação multitudinária que a indústria atraía, a crescente contestação que o proletariado, animado pelas ideologias revolucionárias reformistas viria a opor ao regime de sua exploração desenfreada, as alterações do aparelho estatal, por vèzes contrariando frontalmente os princípios não-intervencionistas liberais que o informavam, para permitir um equilíbrio de compromisso entre capital e trabalho que lograsse a sobrevivência do capitalismo, as contradições resultantes da ideologia humanitária do liberalismo com as motivações que presidiam à prática lucrativa da atividade imperialista das nações industriais sôbre os povos coloniais da África, América, Ásia e Oceânia, tudo isso são apenas alguns aspectos, nem sempre os mais notáveis, da onda de contradições e, pois, de crises, que vivia o mundo social resultante daquele tão extraordinário evento humano que mesmo os historiadores mais conservadores não puderam negar-lhe o rótulo de revolução — Revolução Industrial.

Como uma crise resultante das aplicações pragmáticas da ciência natural e matemática de progênie galileana à vida econômica da produção de bens, a Revolução Industrial não poderia suscitar outra preocupação pelo social — ou ela seria *demodé* — que não fôsse científica. A ciência social nascente nos economistas clássicos, em S. Simon, Comte, Marx e Spencer seria a resposta funcional, porque científica, que homem da sociedade ocidental, já há mais de dois séculos beneficiado pela existência da ciência físico-matemática — na época de Galileu não sem razão conhecida como *scienza nuova* —, haveria de dar à luz, como consequência sociológica dos descalabros da convivência suscitados pela Revolução Industrial. Aqui, é a própria sociologia, no sentido mais específico e rigoroso — sem que estendamos em nada o conceito para aí incluir seus antepassados da filosofia social e política — que aparece como uma clara consequência da crise do Ocidente pós-revolucionário. E disso teve plena consciência o seu fundador, Augusto Comte, quando a ela recorreu como o *consensus* científico da sociedade correspondente ao período positivo de sua famosa “lei dos três estados”, concebendo-a, assim, claramente, como um saber científico suscitado pelos desastrosos efeitos morais a que estava sujeita a sociedade do período crítico ou metafísico, que dissolvera, com o uso da razão, as sólidas crenças sociais que conformavam o período eminentemente orgânico da fase teológica. Filha da crise, pois.

Se, nas suas origens européias, a sociologia confirma o truismo de suas vinculações com a crise social, não é outra a lição que poderíamos retirar do aparecimento e desenvolvimento, em nosso meio, dos estudos de teor sociológico. Também no Brasil, as épocas problemáticas, de transição e bruscas transformações, são produtoras de uma fecunda elaboração sociológica ou para-sociológica. Quando Silvio Romero encontra em 1870 o marco decisivo que assinala a entrada e assimilação, em nosso meio, de “um bando de idéias novas”, bem soube assinalar a íntima convivência vital em que funcionalmente se implicavam esse “bando de idéias novas” (todas elas do teor naturalístico e de ao menos implícita disposição sociológica) e as transformações violentas a que estavam então sujeitas os mais respeitáveis padrões sociais, como consequência da Guerra do Paraguai e do muito que ela contribuiu para mostrar que o colosso de aparente estabilidade da monarquia brasileira tinha, na verdade, os pés de barro. Com o desafio da monarquia pela ação republicana, e de escravismo pelas idéias abolicionistas, coincidiam — já se vê que não só temporalmente — as primeiras manifestações de pensamento para-sociológico no Brasil e do Brasil.

É a época da Escola do Recife e do Positivismo que revelam as primeiras e, por vezes, contraditórias expressões da sociologia — até anti-sociológica como as *Glosas Heterodoxas* de Tobias<sup>(7)</sup> — que se fez entre nós.

Caída a monarquia e, antes dela, atraindo-a na queda, o regime escravista, a fase que se seguiu, de modernização do Brasil urbano e litorâneo, até mesmo pelo epidérmico dessa modernização, contrastando com a sociedade arcaica do Brasil rural, iria suscitar um confronto crítico sob a forma do conflito radical da guerra intestina no sertão da Bahia. A obra maior de nossa sociologia empírica nascente — *Os Sertões* — não por acaso seria suscitada por esse ponto agudo da crise institucional e social dos primeiros momentos de nossa vida republicana.

Não terá sido mera coincidência que a sociologia acadêmica surgisse no Brasil, por obra das duas primeiras universidades brasileiras que tiveram uma formação mais bem cuidada e planejada, a Universidade de São Paulo em 1934 e a do Distrito Federal, em 1935, e, pois, nos anos seguintes à revolução social de 30 e à resposta conservadora, embora liberal, de 32. Nem, muito menos, que nosso romance social, também da mesma época, tivesse sido especialmente romance *nordestino*.

Quando, nos anos 50, o país entra numa fase de rápida e crescente industrialização, ao menos de seus rincões mais desenvolvidos, então uma nova produção sociológica e para-sociológica teve, outra vez, lugar, desta feita marcada por uma clara e deliberada intenção de constituir uma ciência social brasileira, no sentido de

revelar ao Brasil as peculiaridades nacionais e regionais de nossa experiência social e humana, em tantos pontos difícil ou impossível de explicar com os instrumentos teóricos elaborados pela sociologia e pela teoria econômica européia e americana e, pois, em termos de rigorosa *sociologia da sociologia*: suscitadas ambas por uma experiência social profundamente diferente da que desenvolvemos nos quatrocentos anos de história colonial ou semicolonial.

### 3 — SOCIOLOGIA E NAÇÃO

Outro tema de sociologia da sociologia, embora não venha habitualmente retratado sob tal rubrica, é o das correlações empíricas entre a produção sociológica e o substrato nacional em que se dá tal produção.

Tal como não é casual que determinados períodos de rápida transformação chamados crises estejam intimamente ligados a uma produção sociológica mais intensa, também não o é que somente alguns povos, algumas sociedades nacionais, possam exhibir uma peculiar e intensa produção sociológica.

Quem quer que tenha uma sensibilidade média, se acaso per-lustrou algumas obras de sociologia alemã e americana, não poderá deixar de ter percebido a diversidade estilística de dois modos peculiares de fazer sociologia: o alemão, muito mais teórico e, pois, mais intimamente ligado à tradição filosófica da universidade germânica, enquanto o americano, mais pragmático e empírico, como que indo buscar, na sociologia, o diagnóstico para uma sociedade de integração problemática e de notável ritmo de mudança social.

Num meio termo entre o teorismo germânico e o empiricismo americano costuma situar-se a tradição sociológica européia, especialmente a francesa.

Se grande número de exceções podem ser encontradas em cada uma dessas três grandes tradições de sociologia, não há como negar que o estilo de fazer ciência social, a própria temática ou problemática e a mesma terminologia científica sofrem as diversas influências dessas várias tradições nacionais, refletindo as diversas tradições culturais que, afinal, caracterizam e configuram uma nação.

Não só, pois, em relação à sociologia americana — como o faz Ralf Dahrendorf pela limitação temática que se haveria de impor numa obra sobre *Sociedade e Sociologia na América* (8) — pode-se falar da “sociologia como espelho da sociedade”. Mesmo aquelas sociedades que, por sua formação colonial e sua atual situação ainda periférica, são acusadas, não sem certa razão, de algo inautênticas, tais os atuais países subdesenvolvidos de formação colonial como é o caso do Brasil, onde a sociologia tem sido acusa-

da de refletir os problemas resultantes da convivência local, limitando-se tão somente a transplantar a teoria científica produzida pelos centros hegemônicos de produção sociológica, também essas comunidades nacionais inautênticas e, até mesmo nesse traço marcante de inautenticidade científica que caracteriza sua ciência social, até nesse ponto e nessa circunstância extrema, tornamos a reencontrar a validade do asserto de Dahrendorf. Também aí a sociologia (inautêntica) é o espelho de uma sociedade (também inautêntica).

Quando porém, as circunstâncias objetivas favorecem essas comunidades, como, por exemplo, quando ocorre um processo de desenvolvimento quando o vigor de um forte processo interno como o do desenvolvimento começa a facultar à sociologia dos povos periféricos uma ocupação autenticamente sociológica na orientação ou encaminhamento do processo de desenvolvimento, então, certamente não terá sido ou já não será mais um peso morto toda a bagagem de erudição sociológica alienígena recebida por importação pela *intelligensia* colonial ou periférica. Essa talvez seja, no plano intelectual, a única vantagem da situação colonial ou do subdesenvolvimento, não tendo escola, e sabendo que não a tem, o intelectual do país subdesenvolvido — geralmente capaz de ler e, por vezes, de falar e escrever em várias línguas estrangeiras — mantém o espírito aberto para todas as diversas — e por vezes adversas — escolas de pensamento que lhe possam fornecer os povos hegemônicos, e, mesmo, ainda que mais raramente, também os periféricos. Só isso é capaz de libertar o espírito daquele curioso estilo de provincianismo intelectual, que é tão freqüente nos meios culturais dos povos hegemônicos. Tal foi, por exemplo, o que ocorreu à sociologia no Brasil. Primeiro, especialmente nas Faculdades de Direito, mas também na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, sob o influxo do durkheimismo de Fernando de Azevedo, a influência francesa foi a dominante em nosso pensamento sociológico, tendo, mesmo, atingido até um Sílvio Romero, malgrado o germanismo e até certa francofobia de Tobias e sua escola. Através das traduções espanholas do Fondo de Cultura Económica, da Losada e da Revista de Occidente, e como um efeito lateral da “desbalcanização da Espanha” programaticamente proposta por Ortega e sua escola, sofremos a influência do pensamento sociológico alemão. Para tanto contribuiu largamente mais um fenômeno de importação, como convém à vida intelectual de um povo de economia reflexa. A segunda guerra mundial, perturbando e impedindo o mecanismo habitual das trocas internacionais, suspendeu, ou pouco menos que isso, nossas importações de cultura francesa. Como não nos chegasse mais o livro francês, tivemos de nos habituar à leitura em espanhol, o que não era hábito muito difundido até então, malgrado a grande proximidade

lingüística entre os dois grandes idiomas da Península Ibérica — e de descobrir o mundo cultural da América Hispânica, então notavelmente enriquecido de intelectuais de primeiro plano — o próprio Ortega, inclusive, por algum tempo, na Argentina — como uma conseqüência da ascensão do fascismo falangista levado ao poder pelo franquismo.

Também o mesmo fenômeno da guerra mundial e a preeminência a que ela elevou os EUA, fizeram sua parte no que diz respeito à influência da sociologia americana sobre a brasileira. É verdade que, antes disso, por influência das Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, que inauguraram entre nós a sociologia acadêmica em nível universitário, já um intercâmbio de professores americanos visitantes e a presença de pós-graduados brasileiros nos EUA iniciavam essa mesma influência cultural. Dêsse modo, temos presente a múltipla influência das três grandes sociologias nacionais do mundo atual, em termos a permitir-lhes uma conveniente fecundação de nossa nascente sociologia. Como é sabido que o contato cultural tende a produzir maior mobilidade mental, é razoável esperar que com êsse intenso e variado contato — é verdade que mais variado que intenso — venha, a sociologia brasileira, a beneficiar-se de um horizonte intelectual mais amplo.

#### 4 — SOCIOLOGIA E SITUAÇÃO COLONIAL

Já na abordagem do caso brasileiro estávamos inopinadamente transitando do tema anterior para este...

Se tudo é colonial na colônia, a sua sociologia não há de fazer exceção, sendo ela como é “um espelho da sociedade” onde medra e se desenvolve.

No caso brasileiro, essa situação colonial de nossa sociologia foi analisada com visão realista, ainda que por vêzes exageradamente polêmica, nos livros de Guerreiro Ramos, tais, por exemplo: *A Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo* e, especialmente, a *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, que contém aquêle, além de *A Redução Sociológica* publicada, depois, com mais altas pretensões teóricas<sup>(9)</sup>.

Naqueles livros, fazendo o processo da sociologia brasileira, Guerreiro Ramos expõe a nu — já observamos que com a exageração peculiar a seu espírito eminentemente polêmico — as mazelas “coloniais” de nossa sociologia, reduzida, na maioria dos casos, a uma tarefa puramente pedagógica realizada por teóricos *up to date*, que transmitiam, a futuros professores de sociologia, a ciência já feita na Europa ou nos EUA.

Contra essa tendência dominante, Guerreiro postulava o fortalecimento de uma outra tradição a que chamou euclidiana, ao mesmo tempo numa homenagem à descoberta do Brasil real e sub-

desenvolvido dos *Sertões* que empreendeu Euclides da Cunha, e num aprofundamento do contraste com o que éle próprio zombeteiramente rotulava de sociologia litorânea, consular ou "enlata-da", ao seu ver dominante nos meios acadêmicos de então.

Sem querer fazer um juízo crítico definitivo sôbre êsses aspectos da obra do nosso conterrâneo, observaríamos, porém, que nada teríamos a acrescentar ou a retirar às linhas gerais de sua análise crítica. Ou melhor, a acrescentar teríamos, sim: a observação de que a sociologia acadêmica no Brasil soube comportar-se inteligentemente em face da contundente crítica que lhe moveu Guerreiro. Não aceitou a luva que o polemista baiano lhe oferecia, mas soube aproveitar as circunstâncias, então visivelmente favoráveis, que lhe oferecia a realidade nacional, o já hoje bastante conturbado processo brasileiro de desenvolvimento, para melhor ajustar-se à problemática nacional e regional que lhe cercava. Não é por acaso que, entre os muitos nomes do que hoje já se pode nesse sentido chamar de sociologia brasileira, está o de ilustres sociólogos acadêmicos cujas obras naquele então, em vária medida, justificavam a crítica de Guerreiro Ramos.

## 5 — SOCIOLOGIA E IDEOLOGIA

Se ampliamos um pouco o sentido do conceito sociologia, em têrmos a nêle incluir o pensamento social e político, então poderemos dizer que a rubrica que titula êsse item cobre pouco menos do que o inteiro campo da sociologia do conhecimento. Na verdade, se destacamos a preocupação temática com a sociologia da ciência (natural e matemática), que já se constitui hoje num domínio especializado, quase que a preocupação exclusiva com a sociologia do conhecimento está tôda concentrada no terreno da sociologia do pensamento social e político. Não é casual que uma das obras básicas da sociologia do conhecimento leve o título de *Ideologia e Utopia*, título que justifica plenamente o interêsse quase exclusivo de Mannheim pela sociologia das doutrinas sociais, sejam elas conservadoras (ideologia) ou renovadoras (utopia) do *status quo*.

Se restringimos o conceito sociologia até às suas proporções razoáveis, que o identificam com um peculiar campo científico dos estudos sociais, não será difícil identificarmos tendências sociológicas de teor ideológico — conservador, e outras tantas que apresentariam uma inclinação ideológica oposta — as *utopias* no sentido de Mannheim.

No primeiro caso — para ficarmos apenas nos rótulos mais genéricos das tendências sociológicas — estariam as várias perspectivas do racismo — que em mais de uma de suas florações alimentou mais ou menos justificadas pretensões científicas — do darwinismo

social — que foi, evidentemente, a ideologia justificadora da expansão imperialista da Europa industrial sobre o “mundo colonial” da África, Ásia e Oceânia — do determinismo geográfico — que também teve evidentes conseqüências justificadoras do imperialismo dos povos de climas temperados, considerados por essa doutrina como empreendedores e dominadores, sobre os povos tropicais supostamente submetidos a um clima estiolante e enervante, como se costumava dizer então — do historicismo romântico germânico — que tão óbvias ressonâncias conservadoras tinha na Alemanha da época, como antítese do racionalismo individualista liberal que a França revolucionária difundia com evidentes repercussões subversivas sobre os países, como a Alemanha, que não tinham ainda plenamente superado o *ancien régime* — e de certa sociologia industrial — que, evidentemente, é elaborada de um ponto-de-vista patronal e empresarial; conservador, portanto.

Talvez a generalização mais cabal que se possa fazer a respeito da sociologia das ideologias políticas em sua repercussão sobre o pensamento social e a própria sociologia é que, de um modo geral, as posições conservadoras são primeiro realidade, vida social, pragmática efetiva para, somente depois, geralmente após o ataque da crítica inconformista, reformadora ou revolucionária, tornar-se doutrina, teoria, justificação *a posteriori*. Ao contrário, as teorias progressistas e inconformistas já nascem teoria, como uma expressão a mais da crise, que, como um máximo de consciência possível, põe o intelectual em disposição teorizadora até, por vêzes, ao nível da utopia. (10).

Outros rótulos tão genéricos quanto estes poderiam ser encontrados na vertente sociológica oposta. Tal é o caso, sem dúvida, da sociologia marxista — em que pesem os desencontros e as mútuas hostilidades que até há pouco separavam o marxismo e a sociologia — evidentemente que fora da União Soviética e demais países onde o marxismo foi reduzido à condição conservadora, para não dizer reacionária, de filosofia do Estado de uma ditadura totalitária capaz de assumir as posições mais nitidamente de direita — como ocorre agora mesmo na Tcheco-Eslováquia — embora o faça “oficialmente” em nome da esquerda.

Fora de tais circunstâncias, entretanto, tanto no século passado como ainda no atual, a sociologia que se faz permear pelas categorias do marxismo é, no comum, uma sociologia aderida a motivações “utópicas” ou renovadoras da sociedade em que medra.

Também a sociologia da situação colonial — dentro ou fora do marxismo — que é feita nos países subdesenvolvidos no chamado “Terceiro Mundo” está, no comum, aderida a motivações ideológicas progressistas, sejam elas reformistas ou revolucionárias.

Aliás, o diálogo de ideologias e utopias no seio, mesmo, das doutrinas sociológicas é algo que permeia até mesmo as sociolo-

gias nacionais mais diretamente refletoras da peculiar situação nacional do país onde emergem. Tal é o caso, por exemplo, dos EUA. Em que pese o peculiarmente americano de toda produção sociológica que ali vem à luz, não é possível obscurecer a existência de uma tendência conservadora que vai de W. Graham Sumner a Talcott Parsons enfatizando sobremodo os padrões comuns, o controle social, os equilíbrios do sistema societário, por oposição a uma corrente de evidente tendência progressista, que vai de T. Veblen até W. Mills, enfatizando antiteticamente os aspectos críticos da sociedade americana, as suas brechas, os seus conflitos e crises.

Em resumo, tal é o grau de participação ideológica de toda produção cultural no terreno da sociologia, que não são poucos os que viram desvanecer-se em seus espíritos toda pretensão a distinguir ciência e ideologia nesse setor. Ao menos no que ao presente se refere, embora defiram ao futuro a possibilidade de verificação de qual das hipóteses ideológicas rivais foi capaz, não só de apanhar melhor o sentido do presente como também, até certo ponto, de constituí-lo. Tal é a posição de Hans Freyer, na Alemanha, e a de Michel Debrun entre nós.

Sem que aqui, nem de longe, queiramos extravasar do terreno que nos delimitamos — *sociologia da sociologia* — para, transpondo o marco da cientificidade, investirmos sobre o terreno das repercussões gnosiológicas da sociologia do conhecimento e da teoria da ideologia que, malgrado Mannheim, não mais se ajusta, pelo seu próprio teor filosófico, ao nível da cientificidade, não há como negar, malgrado o risco do relativismo, a íntima solidariedade vital em que se encontram sociologia e ideologia. Se não é verdade o que propõem Freyer e Debrun, não há negar que não existe qualquer talismã que possa prevenir e imunizar o sociólogo contra o risco ideológico. Se algo o poderá ajudar nesse sentido não será nunca a disposição tibia de quem acaso quisesse reconquistar a inocência perdida, renegando as descobertas fundamentais da sociologia do conhecimento. Ao contrário, só uma corajosa disposição de ânimo, que leve o sociólogo a submeter aos seus próprios instrumentos científicos de análise cada momento de sua elaboração científica, poderá permitir-lhe um melhor domínio sobre as sutis engrenagens do compromisso ideológico. Como já intuía Durkheim, a *sociologia da sociologia* ainda é a arma mais eficiente de que o sociólogo pode fazer uso para uma profilaxia anti-ideológica. Ela é, de fato, ainda, a melhor arma de "des-ideologização" de que dispomos. Mas, desgraçadamente, não é uma fórmula mágica.

## 6 — SOCIOLOGIA COMO VIGÊNCIA INTELECTUAL

Se entendemos o estudo da vigência intelectual, ao lado do estudo da obra intelectual e de estudo do próprio intelectual, como

um dos três grandes temas da sociologia do conhecimento, é natural que, nesse capítulo especial dessa especialização científica, tenhamos que nos encontrar com as relações existentes entre a sociologia e as vigências intelectuais.

Se entendemos por vigência intelectual as crenças, mitos e prestígios da vida intelectual, enfim, o que nessa matéria sutil está vigente ou tem vigência, então, não poderemos desconhecer que determinados ambientes intelectuais são adversos, enquanto outros tantos são favoráveis ao cultivo da sociologia. Onde as crenças sociais dominantes compõem um mundo espiritual dominado pelo sagrado, e o próprio determinismo sociológico aparece como um plano natural da criação, onde cada um ocupa o lugar que lhe cabe por determinação divina, não há lugar para a investigação sociológica; ou ela seria algo não menos que sacrílego, por profanar, com o bisturi da análise científica, a pureza sacral de uma ordem social segundo os insondáveis designios divinos.

Mesmo que esse conservadorismo espontâneo das sociedades sagradas já tenha sido superado e tenha vindo à luz a atividade deliberadamente conservadora, que se serve do irracionalismo como uma premissa radical que nega, de princípio, a possibilidade de a inteligência humana compreender a complicada mecânica da vida coletiva — que, por suposto, sempre foi assim. . . — cortando, pois, pela raiz a “utopia” reformista ou revolucionária, que orientaria, como projeto, uma qualquer conduta social renovadora, ainda aí, a sociologia não encontraria um ambiente espiritual propício, negada que estava, com a negação da inteligibilidade do social, a sua mesma possibilidade.

Uma certa liberdade política e uma razoável secularização da vida coletiva são, pois, condições reais necessárias ao aparecimento e desenvolvimento da atitude científica em face do social. Não terá sido mero acaso que o absolutismo do século XX, os totalitarismos de direita ou supostamente de esquerda, que comumente atualizam uma re-sacralização das sociedades ocidentais como um recurso ao irracional da personalidade carismática e dessas formas de religião leiga que são, hoje, os credos ideo'ógicos, não se tenham habitualmente mostrado dispostos a conviver com a sociologia. Não é por acaso que ela não penetrou ainda a universidade portuguesa, e que a soviética apenas recentemente lhe tenha aberto as portas, é verdade que sempre e exclusivamente quando ela abriu mão da liberdade de investigação e especulação para fundar-se, sem a sombra de perturbadoras dúvidas, no rigoroso dogma marxista.

Aceita a sociologia num determinado ambiente sócio-cultural, ela própria se institui numa peculiar vigência intelectual. O que é sociologia para cada uma das camadas mais ou menos letradas da sociedade, eis um encantador tema de investigação em-

pírica de *sociologia da sociologia*, entre nós perlustrado por Florestan Fernandes num ensaio sobre *O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros* <sup>(11)</sup>.

Tornada vigência intelectual, não será raro que a sociologia se mitifique aos olhos leigos de certas camadas sociais incapazes de convenientemente assenhorear-se de seu verdadeiro significado. Tal como todo outro intelectual, então o sociólogo também estará exposto aos mitos e falsos prestígios da vida intelectual, que êle próprio pode eventualmente encarnar, com sérias perturbações para uma autêntica atividade científica. Desde que êle se faz um público que não seja exatamente o dos iniciados nesse campo da atividade científica, não será raro que, para manter certo "prima-donismo", deva fazer, em seus escritos e conferências, certas concessões demagógicas. Que, aqui, se veja forçado a enfatizar sobretudo o papel do fator econômico em dado processo, como uma especial mesura à formação ou informação marxística de seu público; que, acolá, tenha exatamente de salientar a preeminência de outros fatores, talvez para obscurecer o econômico num processo em que êle é evidentemente predominante, porque seja preciso cultivar uma aparência conservadora que o público encarnou em sua figura intelectual e que a autor e público parece incompatível com o alento revolucionário que habita o marxismo. Enfim, desde que tem um público, êle já não se pertence, mas ao êxito social que suas idéias — geralmente mal-entendidas — lhe granjearam. Esse, o problema de todos o mais sutil da experiência social do sociólogo e da interrelação de sua ciência com êsses modismos da vida intelectual a que chamamos vigência intelectual.

## 7 — IMPACTO DA SOCIOLOGIA SOBRE A SOCIEDADE

Todos os capítulos da sociologia especial podem ter sua temática reduzida ao estudo de uma determinada relação num duplo sentido. Assim, por exemplo, a sociologia jurídica se resume à análise da relação sociedade e direito, ora — e predominantemente — realizada no sentido da consideração da sociedade como o âmbito de formação e conformação do direito e que, portanto, há de neste imprimir as suas marcas peculiares, ora no sentido oposto, que se detém na análise do influxo do direito, assim constituído, sobre a sociedade em que surge e se desenvolve, nela exercendo a função de instância superior e derradeira do contrôle social. O que aqui exemplificamos, servindo-nos da sociologia jurídica, poderia ser repetido para cada um dos ramos da sociologia especial. Com a sociologia da ciência, outro capítulo da sociologia do conhecimento, nossa exemplificação ganharia outra fôrça de convencimento, já que, afinal, a sociologia da ciência, de certo modo, envolve e contém a sociologia dessa ciência especial — a sociologia. Pois bem;

um dos campos mais desenvolvidos dos vários estudos de sociologia da ciência é aquele que se poderia rotular com o já consagrado lugar comum do "impacto da ciência na sociedade".

Também o impacto da ciência sociológica na sociedade é uma vertente especialíssima desse impacto mais amplo e mais indefinido da cientificidade em geral sobre a sociedade contemporânea e mercede, pois, o destaque especial que aqui lhe daremos.

Se toda ciência tem em mira uma finalidade instrumental ou aplicada nenhuma outra o teve em grau tão superlativo como a sociologia, e a partir, mesmo, de suas origens. S. Simon e Comte, um de seus mais próximos precursores e o seu próprio fundador, deixaram patente o ânimo de utilizar a ciência social para a regeneração da sociedade, ambos associando a tarefa social da jovem ciência às tarefas habituais de uma religião. Para S. Simon, a sua pretensa ciência política seria um novo Cristianismo. Comte concluiu sua política positiva — o departamento aplicado de sua sociologia — com a religião da humanidade.

Frédéric Le Play, que inaugurou, ou pouco menos que isso, a atitude empírica na novel ciência, fê-lo deliberadamente na intenção de reformar a sociedade segundo princípios de uma concepção cristã de vida social. Foi o ânimo caridoso que o levou à ciência social. Ciência para a reforma da sociedade é bem o avatar que realiza a evolução de sua escola, originariamente chamada "de ciência social" e, depois, "de reforma social".

Nada será preciso dizer de Marx e das intenções manifestas de sua atuação científica, mesmo que não fôsse êle o autor da célebre undécima tese sobre Feuerbach.

Mesmo Durkheim, sua paixão sociologista não deriva senão de uma intenção moralizadora da sociedade de seu tempo. Daí que não enxergasse os limites da cientificidade sociológica e os ultrapassasse na intenção do construir uma *science des moeurs* tendência que seu discípulo Levy Bruhl levaria ao extremo.

Se do passado voltamos ao presente, é para reencontrar a vocação tecnológica e, pois, pragmática da sociologia, agora, com sua efetividade acrescida, no planejamento público e privado e na correspondente assessoria sociológica. Nessa prática de racionalização do futuro em que, afinal, se constitui o planejamento, o papel da sociologia está, com certeza, garantido.

Em todas as suas formas de atuação há, porém, um elemento comum a impor o necessário destaque. É o caráter de crítica do *status quo* que está sempre em toda atitude sociológica. Malgrado o juramento de neutralidade axiológica a que, como todo cientista, o sociólogo está preso, e por maior que seja a sua devoção a esse princípio diretor da objetividade científica, a visão crítica e autocrítica é uma constante peculiar ao seu espírito e ao dessa ciência problemática. É bem isso que intui o conservador, quando

lança sôbre nossa ciência o anátema de subversão. É que êle percebe, na sua disposição de boa saúde tradicionalista, que o início de tôda rejeição dos padrões e sistemas vigentes estêve sempre na análise da realidade social. Tal como o fideísta rejeita, como o comêço do ateísmo, qualquer prova racional da existência de Deus, também o conservador de boa cêpa chega a intuir que o bisturi da análise já leva o germe da mudança social. Daí o anátema de ciência subversiva. No que, aliás, não lhe podemos tirar alguma razão...

A. L. MACHADO NETO

1 Duvignaud, Jean. *Introdução à Sociologia*. Paris, Gallimard, 1966, p. 7.

2 Machado, A. L. (Neto) *Problemas Filosóficos das Ciências Humanas*, Brasília, D.F., Fund. Universidade de Brasília, 1966.

3 Cf. Freyer, Hans. *La Sociologia, ciencia de la realidad*. Buenos Aires, Losada, 1944. — Id. *Introducción a la Sociologia*. 2.ª ed. Madrid, Nueva Epoca, 1949. — Ayala, Francisco. *Tratado de Sociologia*. Buenos Aires, Losada, 1947. 3v. — Id. *Introducción a las Ciencias Sociales*. Madrid, Aguillar, 1952. — Conde, Francisco Javier. Sociologia de la Sociologia. *Revista de Estudios Politicos*. Madrid (58, 65, 68).

4 Cf. por exemplo: Bourdieu, Pierre, Chamboredon, Jean-Claude & Passeron, Jean-Claude. *Le Métier de Sociologue*. Paris, Mouton-Bordas, 1968. p. 43 e seguintes.

5 Berger, Peter. *Invitation to Sociology*. Middlesex, Penguin Books, 1966.

6 Duvignaud, op. cit., p. 13.

7 O título dêsse ensaio de Tobias Barreto é muito sugestivo dessa sociologia, por anticomtiana desabridamente anti-sociológica, que se fazia na Escola de Recife. Ei-lo: *Glosas Heterodoxas a um dos Motes do Tempo ou Variações Anti-Sociológicas*, estudo não sem propósito hoje incluído, pelo Instituto Nacional do Livro, na coletânea que intitulou: *Estudos de Sociologia*. Rio de Janeiro, MEC. (NL, 1962. p. 191-274.

8 Cf. Dahrendorf, Ralf. *Società e Sociologia in America*. Bari, It., Laterza, 1967. p. 120 e seguintes.

9 Cf. Ramos, Guerreiro. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, Ed. Andes, 1957. — Id. *A Redução Sociológica*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958. — Id., *ibid.* 2.ª ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.

10 O professor iugoslavo Lukik, Radomir. Problèmes de la Sociologie des Doctrines Politiques. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. Paris, 32, 1962, propõe uma série de interessantes generalizações sôbre a sociologia das doutrinas políticas. Sob o influxo e no estilo da sugestiva leitura do artigo do Prof. Lukik, formulamos uma generalização análoga, nos seguintes têrmos: *As predições rela-*

*tivas a fenômenos políticos futuros são mais influenciáveis pelos quadros sociais que a explicação de fenômenos presentes ou passados.* A razão dessa maior influência social sobre as predições é que o futuro é o horizonte da vida humana e a sua meta direcional necessária e fatal. Ora, como a vida (biográfica) do homem é um dever ser existencial, já que todo ato nosso se há de justificar segundo os cânones de um projeto vital que não tem outra alternativa senão dirigir-se, como a vida, ao futuro, são os valores os existenciários de futuri-dade, donde as predições serem, no comum, também predileções. Como é óbvio, quando se trata de prever a evolução sócio-política do nosso grupo, é quase impossível deixar de aí incorporar as aspirações valorativas peculiares à camada social em que se inclui o doutrinador político. Sendo o futuro a meta para onde se dirige a vida humana, é claro que por ele estão imantados todos os valores que organizam o projeto vital em que, afinal, se estrutura o dever ser existencial que é a vida humana. E como essa vida se integra com sua circunstância, é também óbvio que ela esteja carregada das aspirações valorativas dos grupos sociais a que pertence o teorizador político autor da proposição.

Também as doutrinas jurídicas podem ser objeto de uma análise sociológica que as enquadre como expressão do conservadorismo ou do progressismo sociais. Tal foi, por exemplo, o nosso empenho em *Para uma Sociologia do Direito Natural*. Salvador, Progresso, 1968, publicado depois como apêndice de nossa *Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo, Saraiva, 1963 (Sociologia Jurídica, 2), em relação à tradição das doutrinas jusnaturalísticas ali estudadas como ideologia ou utopia no sentido de Mannheim. Também o Professor Carlos Cossio empreende a análise ideológica das teorias jurídicas no ensaio "Crítica à Jurisprudência Dogmática como Crítica de Nossa Época", incluído na antologia *O Direito e a Vida Social*. Org. por A. L. & Zahidé Machado Neto. São Paulo, Universidade, Cia. Ed. Nacional, 1966, p. 202-10.

11 Fernandes, Florestan. *O Padrão de Trabalho Científico dos Sociólogos Brasileiros*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1958.